



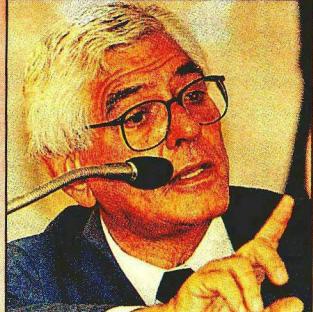
Genebaldo: "Compareço a esta CPI de cabeça erguida e confiante na democracia. Não como suspeito, mas como deponente"



Moreira, sobre os US\$ 3,2 milhões movimentados em sua conta bancária: "Confesso que estou assustado com esses valores"



José Geraldo: "Não tenho condições de explicar nada, porque não li esta informação nos jornais e não sabia que esta pergunta seria feita"



Raunheitti, respondendo sobre suas relações com João Alves: "Não tomei nem um cafezinho com ele, só o procurei porque ele é um expert em orçamento"



Nader, respondendo ao deputado José Dirceu: "Se o senhor encontrar uma única emenda minha, quero o meu fuzilamento"

Acusados não convencem na CPI

ESTADO DE SÃO PAULO

15 DEZ 1993

Orçamento

Deputados suspeitos de manipular verbas do Orçamento não conseguem explicar a origem das quantias milionárias que a CPI descobriu em suas contas bancárias

A CPI do Orçamento interrogou no mês passado vários parlamentares suspeitos de participação do esquema de manipulação de verbas do Orçamento. No dia 19, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) tentou explicar à CPI a origem de US\$ 1,665 milhão movimentados em suas contas bancárias nos últimos cinco anos. Alegou que recebeu doações de "amigos e pessoas jurídicas" para as suas campanhas eleitorais e, assim, acabou confessando crime eleitoral, porque a lei só permite doações aos partidos. Os argumentos de Genebaldo não convenceram o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "Se decidirmos que os restos de campanha devem ficar com os candidatos, então devemos absolver Paulo César Farias", explicou.

A CPI descobriu que o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) movimentou US\$ 3,2 milhões em cinco anos. Quando depôs na CPI, dia 20, suas explicações foram consideradas insatisfatórias e ele terá de depor novamente. Mas o Banespa, onde Moreira fez operações sus-

peitas, resiste em enviar seus extratos bancários à Comissão. Ele é ligado ao ex-governador Orestes Quérzia e, aparentemente, goza de um esquema de proteção no banco.

Os integrantes da CPI também querem interrogar novamente o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Querem saber porque ele incluiu no Orçamento de 92 cerca de 830 emendas no valor total de US\$ 611 milhões. Outro parlamentar que se embalhou ao ser interrogado na CPI foi o senador Henrique Almeida (PFL-AP). Ele fez pelo menos sete emendas ao Orçamento de 1993 para beneficiar empresas ligadas à sua família.

Entre elas está a Construtora CR Almeida, da qual o senador e o irmão, Cecílio, são sócios. A CR Almeida recebeu créditos suplementares de US\$ 377 milhões para a construção de usinas hidrelétricas, expansão de linhas de transmissão e construção de estradas no Amapá. O próprio senador reconheceu que embutiu Cr\$ 19 bilhões em emendas ao Orçamento de 1992 para estradas em seu Estado. No dia 18, o deputado José Geraldo

(PMDB-MG) confessou na CPI que criou sociedades beneficentes fantasmas com o objetivo de receber verbas de subvenções sociais. Ele desviou US\$ 264 mil.

Também em novembro a CPI ouviu os depoimentos do suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ) e do deputado Fábio Raunheitti. As explicações de Nader sobre o desvio de US\$ 1,973 milhão em subvenções sociais para entidades criadas por ele e parentes não convenceram os integrantes da CPI. O mesmo ocorreu com o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), que não conseguiu refutar os documentos comprovando fraude no des-

vio de US\$ 14,9 milhões para 11 entidades "beneficentes" de Nova Iguaçu (RJ) que ele mesmo criou.

A Polícia Federal (PF) encontrou indícios de conexão entre os esquemas de corrupção de PC Farias, de manipulação de verbas do Orçamento do deputado João Alves (PPR-BA) e os fraudadores da Previdência: uma série de telefonemas entre PC e os fraudadores da Previdência e vários documentos na

Verax, empresa de PC, com a relação de obras incluídas nas emendas ao orçamento.